

Introdução

Para mim, livro é vida; desde que eu era pequena, os livros me deram casa e comida. Foi assim: eu brincava de construtora, livro era tijolo, em pé, fazia parede; deitado, fazia degrau de escada; inclinado encostava num outro e fazia telhado. E quando a casinha ficava pronta eu me espremia lá dentro pra brincar de morar em livro¹. (Lygia Bojunga Nunes).

O aumento da circulação de bens, propiciado pelo avanço das técnicas industriais, foi identificado por Edgar Morin (1984) e Jean Baudrillard (1995) como um dos principais fatores responsáveis pelas significativas transformações nas relações humanas com os objetos, que, desde então, deixariam de servir apenas em suas utilidades práticas para envolverem-se nas mais diversas interações sociais. Considera-se que o livro prolifera suas funções, sobretudo, a partir do final do século XV, quando, impresso pela prensa de Gutenberg, é transformado em um bem portátil e acessível (Chartier, 1998). Enquanto, no século XVIII, a “Revolução do Consumo” (McCracken, 2003) intensifica estas mudanças relacionais dos bens, à medida que utiliza suas simbologias para transformá-los em veículos de comunicação, e, portanto, legítimos marcadores de *status* (McCracken, 2003), observa-se, paralelamente, uma proliferação dos *book clubs* (Chartier, 1998), em países como a Inglaterra, acentuando e acelerando a multiplicação das interações cotidianas do livro.

A partir de um cenário como tal configurado, supõe-se que, como produto cultural de massa, o livro, através da força ideológica e da versatilidade de sua materialidade, emancipa-se do controle da Igreja, da escola e da biblioteca, desvincula-se do lugar do sacrário e passa a circular livremente por novos espaços (Chartier, 2001). Pressupõe-se que, na sociedade contemporânea, lido, sobretudo, como mídia de mensagens simbólicas, o livro intensifica sua função de “reivindicador de *status*” (McCracken, 2003) - do saber, da cultura, do conhecimento -, fato que, certamente, reforça e acentua sua participação nas mais variadas esferas sociais, produzindo, além de novas leituras, novos “leitores” (e consumidores, em geral)². Sustentado pela forma física, observa-se que este objeto vem se reafirmando como importante recurso na projeção de imagens

¹ Mensagem de Lygia Bojunga para o *Dia Internacional do Livro Infantil e Juvenil*. Disponível em www.casalgiabojunga.com.br/frames/livroatroca.htm. Acessado em 30 de outubro de 2011.

² Assim como o catolicismo também conquistou novos crentes e interpretações a partir da impressão e ampla divulgação da Bíblia – o primeiro livro impresso (Cânfora, 2003).

sociais - um dos mais evidentes reflexos da mobilidade física e funcional proporcionada pela prensa, e, posteriormente, intensificada por estratégias culturais de massa. Considerando que o alto valor de culturalidade do livro está, muitas vezes, acima de sua função primordial, a proposta central deste estudo é analisar, interpretar e classificar, principalmente, as atuações que transcendem a prática da leitura, em ambientes sociais variados, partindo da premissa de estarmos observando um símbolo ativo de significações sociais.

Os estudos de Roger Chartier (1998²) frequentemente reiteram que, embora o livro tenha sempre buscado colocar ordens - de decifração e compreensão -, nunca impediu a construção de novas significações e usos, a partir de sua forma material. Logo, em tempos em que ainda muito se discute acerca do fim da materialidade deste objeto ³, torna-se verdadeiramente curioso observar sua abundante e frequente exibição nas mais diversas ocasiões e ambiências contemporâneas. O discurso de Lygia Bojunga, ao referir-se ao livro, poeticamente, como elemento essencial de suas construções imaginárias de “moradia” intelectual e afetiva, não apenas abrange o atual interesse em observar o deslocamento deste bem cultural a relações independentes de seu conteúdo – ao que chamaremos de “vida social” do livro -, como ressalta uma parte importante do estudo, que encontrou, no campo da decoração (um dos novos meios sociais por ele conquistados), um caminho singular de contemplá-lo, observando os valores e significados culturais vigentes. Aqui, torna-se finalmente importante ressaltar o fato de estarmos trazendo como objeto de estudo um dos artefatos simbólicos de maior força e expressão na contemporaneidade, um bem carregado de significações culturais nobres e com forte apelo social, para uma análise à luz da *Antropologia do Consumo* e da abordagem da cultura material ⁴. Deste modo, estamos compreendendo o livro impresso ⁵, sobretudo, como parte de um sistema simbólico de significação e classificação - de comunicação e expressão de

³ Para não alongar esta discussão, as palavras de Tonnac (Eco & Carrière, 2010, p. 8-9) sintetizam a posição da autora da presente dissertação acerca da questão: “Os usos e costumes coexistem e nada nos apetece mais do que alargar o leque de possíveis. O filme matou o quadro? A televisão, o cinema? (...) O livro aparece aqui como uma espécie de roda do saber e do imaginário que as revoluções tecnológicas, anunciadas ou temidas, não deterão”.

⁴ A expressão “cultura material” é assumida neste estudo em concordância com as obras de Daniel Miller (2007) e Arjan Appadurai (2008), no que se refere aos significados transmitidos pelos bens.

⁵ A opção por observar o livro impresso em detrimento do livro digital provém da força material do primeiro, do fato de a segunda categoria constituir ainda um suporte de pouca expressão na realidade brasileira e, principalmente, do fato de *tablets*, *kindles*, *ebooks* e afins, de uma forma geral, não estarem automaticamente associados ao universo livresco.

distinções sociais - que rege a sociedade contemporânea, buscando extrair mensagens “legíveis” a partir daquilo que se faz “visível” – sua forma material.

Pretendendo acompanhá-lo em suas andanças sociais e observá-lo para além dos espaços tradicionais e das incansáveis análises de seu conteúdo literário, faz-se fundamental, por consequência desta escolha, pesquisá-lo a partir da especificidade, materialidade e simbologia envolvidas. Observado por Chartier (2001) como importante código já no Antigo Regime, por atribuir, em função do conhecimento que lhe é intrínseco, valores positivos às imagens dos governantes⁶, pressupõe-se que o livro, ao participar, através do consumo, de um “novo conjunto coerente e um novo sistema de linguagem” (Lévi-Strauss, 1970), ainda assim, mantém-se na atual era da informação como o principal representante físico do “saber” e da “cultura” (o “fetiche entre os fetiches” - Bourdieu, 2011). Luciano Cânfora (2003), de todo modo, identifica o período do Renascimento como a origem da atuação da força simbólica do livro no imaginário social:

A partir do Renascimento que ‘o livro, pela primeira vez, foi socialmente percebido como uma necessidade [...]. A atração pelo livro, a esperança no livro já não pertenciam a esta ou àquela vida intelectual, mas possuíam [do Renascimento em diante] aquele caráter anônimo, impessoal, próprio de toda esperança coletiva. (Cânfora, 2003, p. 56) ⁷.

Carregando “significados culturais cristalizados” (Barbosa, 2006), infere-se que a materialidade deste bem, junto ao respeitado valor conceitual da função original, constituam, necessariamente, dois dos principais motivadores da transcendência de contextos, por parte do objeto, e da inevitável atuação na classificação dos sujeitos, definindo, a partir de sua trajetória social diferenciada, tipos como o “culto”, o “inteligente” e o “informado”, esmaecendo o relativismo intrínseco a estes termos tão abstratos. Ponderando o fato de a leitura constituir uma das metas atuais de política nacional, supõe-se haver, a partir desta importância, uma extensão “natural” do valor das obras canônicas – consideradas representantes legítimos da prática intelectual - a todo o universo livresco, valorando positivamente toda e qualquer aparição do livro, independente de apresentar-se via forma ou conteúdo. Chartier (2001, p. 39) considera que “a tendência para a generalização está inscrita no próprio princípio da disposição

⁶ Chartier (2001) observa que “o livro indicava autoridade, uma autoridade que decorria, até na esfera pública, do saber que ele carregava” (Chartier, 1998, p. 84).

⁷ Luciano Cânfora (2003) citando argumento de Ortega y Gasset (1935).

para reconhecer as obras legítimas, propensão e aptidão para reconhecer sua legitimidade e percebê-las como dignas de serem admiradas em si mesmas”.

Em suma, considera-se, por assimilar não haver correspondência idêntica dos simbolismos que regem a vida social em culturas distintas (Mauss, 1974), que investigar o consumo cultural do livro suscita ainda reflexões práticas acerca da sociedade contemporânea e dos valores sociais e culturais vigentes. A partir da análise das relações de consumo - nas quais conceitos como prestígio, distinção, gosto de classe, classificação, afetividade e identidade possuem expressão -, faz-se possível produzir material de reflexão social. Estabelecer e definir parte da “biografia” do livro (Kopytoff, 2008), encontrando os valores sociais sinalizados nas interações, os significados culturais envolvidos e as expectativas culturais que o abarcam, a partir de suas representações na mídia e das frequentes ampliações de contextos (a decoração contemporânea, por exemplo), contribuiria, portanto, para o entendimento da vida social como um todo. Neste sentido, dentre outras ponderações importantes, Daniel Miller (2007, p. 53) argumenta que observar o consumo da cultura material implica o desvendamento das “identidades” dos bens, contribuindo, sobretudo, para a exploração dos valores e do papel do “objeto na formação das relações sociais”.

Nestas próximas linhas, anteriores à exposição da metodologia da pesquisa, propõe-se ainda observar o modo pelo qual a representação do livro em obras literárias consagradas – partindo de relatos enternecidos de renomados escritores dos âmbitos da literatura e da filosofia -, contribui para acelerar a promoção, consciente ou inconsciente, da simbologia deste objeto.

O espaço consagrado do livro

Deslizando sobre essa substância incorruptível, o texto, meu olhar era apenas um minúsculo acidente de superfície, não atrapalhava nada, não gastava. Eu, em contrapartida, passivo, efêmero, era um pernilongo ofuscado, atravessado pelos clarões de um farol; abandonava a escrivania, apagava a luz: invisível nas trevas, o livro continuava cintilando; por si só. Eu infundiria às minhas obras a violência desses jatos de luz corrosivos e, mais tarde, nas bibliotecas em ruínas, elas sobreviveriam ao homem (Sartre, 1964, p. 116).

Autores como Jean Paul Sartre (1964), Umberto Eco e Jean-Paul Carrière (2010), Jorge Luis Borges (1985) e Walter Benjamin (1995) em muito corroboram para a construção do valor simbólico do livro, à medida que enaltecem o objeto e demarcam sua elevada posição a partir do espaço privilegiado a ele destinado nos

respectivos discursos literários, como testemunha a epígrafe. Como ilustração deste envolvimento intelectual e afetivo, muito se destacam Eco e Carrière (2010, p. 98), que consideram ser possível reconstruir a história da civilização através da história do livro - atribuindo-lhe, sobretudo, as ilustres funções de receptáculo e espetáculo do mundo: “a *grande angular* a partir da qual podemos observar e contar tudo, até mesmo decidir tudo”. Uma afirmação que, por si, já contribuiria para elevar o valor deste objeto no imaginário social. Estabelecendo uma relação muito próxima aos livros, desde a infância, Sartre - filósofo, escritor e crítico francês-, conduz também o leitor, na transcrição abaixo, na qual termos como “religião”, “sacerdote” e “templo” abalizam o universo livresco, a identificar a projeção e a distinção promovidas pelo contato com este artefato cultural:

Eu achava a minha religião: nada me pareceu mais importante que um livro. Na biblioteca, eu via um templo. Neto de um sacerdote, vivia sobre o telhado do mundo, no sexto andar (...) quando minha mãe me levava ao Luxembourg – isto é: diariamente – eu emprestava meu farrapo às baixas regiões, porém o meu corpo glorioso não abandonava o seu poleiro e creio que ainda lá se encontra (Sartre, 1964, p. 39).

Ainda em *As Palavras* (1964, p. 29), Sartre exibe-se orgulhoso por ter sido neto de “um artesão especializado na confecção de objetos sagrados, tão respeitável quanto um fabricante de órgãos, quanto um alfaiate de eclesiásticos”. Seu avô era escritor, e, nessa passagem, a relação com o sagrado mostra-se explícita. Para o filósofo, o livro é um produto do homem estritamente necessário, assim como a cultura pela qual se projeta e se reconhece. Eco & Carrière (2010, p. 9), também apontando para esta mesma direção, definem o livro como um bem pelo qual se encontra a melhoria da existência, “uma espécie de perfeição insuperável na ordem do imaginário”. Jorge Luis Borges (1985), outro admirador confesso do artefato cultural pesquisado, atribui o culto ao livro, e a sugerida relação com o sagrado, ao conhecimento por ele transmitido. Utilizando termos como “culto”, “divino” e “sabedoria”, descreve a importância do objeto: “convém manter o culto ao livro (...) [ele] conserva algo de divino, não implicando um respeito supersticioso, mas o desejo de encontrar felicidade, de encontrar sabedoria”. Umberto Eco (Eco e Carrière, 2010), a partir de semelhante inspiração, reconhece o poder e o lugar privilegiado do livro em sua vida e exterioriza, em sua escrita, essa devoção:

Acho que o primeiro livro que vi na minha vida, indo à missa, foi o livro sagrado, colocado em destaque no altar e cujas páginas o padre virava com respeito.

Portanto, meu primeiro livro foi um objeto de veneração. (...). A verdade saía cantando de um livro. Alguma coisa de profundamente gravado em mim me faz olhar o lugar do livro como privilegiado, e até sagrado, reinando sempre com maior ou menor intensidade no altar da minha infância. O livro, por ser um livro, contém uma verdade que escapa aos homens (Eco e Carrière, 2010, p. 236).

Ampliando as possibilidades de reflexão, observa-se ainda que a importância cultural do objeto de estudo e a afetividade produzida por suas relações também encontrariam raízes e sustentações nas próprias biografias dos autores, que, segundo Sartre (1964), veem-se imortalizados, e aclamados, por meio da materialidade dos livros. Elevando este artefato cultural a objeto puro, o filósofo, enaltecendo a aura que engendra os escritores a partir deste momento, descreve o processo pelo qual se transformam em bens impressos e reproduzíveis:

A meus olhos, não se achavam mortos; pelo menos, não inteiramente: haviam-se transformado em livros. Corneille era um gordo rubicundo, rugoso, com lombada de couro, que cheirava a cola. (...). Flaubert era um magriço em tela, inodoro, pontilhado de sardas. Victor Hugo, o múltiplo, aninhava-se em todas as prateleiras ao mesmo tempo (Sartre, 1964, p. 42).

... Descobri que o Doador, nas Belas-Artes, pode transformar-se em seu próprio Dom, isto é, em objeto puro. O acaso me fizera homem, a generosidade me faria livre; eu poderia fundir minha tagarelice, minha consciência, em caracteres de bronze, substituir os rumores de minha vida por inscrições indelévels, minha carne por um estilo, as enleadas espirais do tempo pela eternidade, apresentar-me ao espírito Santo como um precipitado da linguagem, tornar-me obsessão para a espécie, ser outro enfim, outro que não eu, outro que não os outros, outro que não tudo (Sartre, 1964, p. 122).

Avalia-se, portanto, que discursos literários de tais naturezas intensificam e enaltecem vigorosamente o valor de uso do livro. No entanto, se, para os leitores, o valor especial deste objeto provém das relações naturais de afetividade e estima, promovidas pelo envolvimento com a leitura; culturalmente, supõe-se serem estas mesmas motivações, quando deslocadas, que emprestam ao livro a aura de sacralidade, honorabilidade e respeito e, que, por conseguinte, como reflexo da lógica de consumo, o transportam, em posições honrosas e para fins que transcendem a prática original, a esferas sociais para além das já tradicionais – escolas, museus e bibliotecas. Acredita-se que os relatos literários aqui expostos colaboram para a promoção da *função culturalizada* do livro à medida que contribuem para selecionar, marcar e acentuar, por analogia das relações, o uso social de adjetivos como *culto*, *sábio* e *inteligente* àqueles que se aproximam deste universo. Chartier (2001), citando Bourdieu (2011), descreve o processo pelo qual se constrói o hábito social.

O hábito social é o que um grupo humano compartilha em termos de um sistema de representações que fundamenta suas maneiras de classificar, de se situar no mundo social, de atuar. Assim, vemos que o processo de interiorização de um certo tipo de representação, classificação ou apreciação, se expressa mais tarde em práticas e campos particulares (Chartier, 2001, p. 140).

Observa-se, portanto, que o reflexo dos discursos literários, nas práticas cotidianas, pode traduzir-se em aumento significativo de interações sociais com o objeto. Arquitetos entrevistados para o desenvolvimento desta pesquisa, por exemplo, destacaram a presença de livros como marcador de identidades, mesmo em ambientes de *não* leitores. Estas relações, motivadas pelo valor simbólico deste bem cultural, podem representar um dos fatores que justificam tanto a ampliação de seu uso social, como seu alto valor de mercado em um país no qual a leitura constitui uma atividade para poucos privilegiados. Importante reforçar que a pesquisa apoia-se no pressuposto de que o valor social gerado pelas relações “reais” com os objetos – escritores, pesquisadores, professores - produzem, por associação, novas e inusitadas interações: “naturais” ou “não naturais”, construídas a partir da função primordial deste bem, ou não. Enquanto McCracken (2003) aponta para o fato de que uma sociedade, ao utilizar a cultura material para evidenciar *status*, automaticamente abre brechas para aqueles que não pertençam ao grupo reivindicá-los por falsificação, Bourdieu (2011, p. 236) aponta ser o “blefe” – modo pelo qual o autor classificaria apropriações desta ordem - “uma das únicas maneiras de escapar aos limites da condição, ao servir-se da autonomia relativa do simbólico (da capacidade de dar e perceber representações) para impor uma representação de si normalmente associada a uma condição superior”.

Considera-se, portanto, que observar o consumo contemporâneo do livro significa buscar examinar, à semelhança do que faz Chartier (2001) com o texto, aquilo que os indivíduos inventam, criam e produzem a partir do “material” cultural (e simbólico) recebido. É neste sentido que o estudo também buscará investigar estas ocorrências nas quais os sujeitos se apropriam dos valores sociais do suporte de leitura – prestígio, respeito, saber e cultura -, sem que necessariamente o objeto participe efetivamente do cotidiano e do *habitus* (Bourdieu, 2011) de seus consumidores. Pretende-se fundamentar, ao longo da dissertação, tanto as relações “genuínas”, representadas por aqueles que possuem o livro como estruturante de suas vidas pessoais e profissionais (o grupo de referência da pesquisa, formado por pesquisadores, professores e escritores),

quanto as relações “não genuínas” - aqueles que reconhecem o capital simbólico do livro e buscam incorporar a relação estabelecida pelo primeiro grupo intencionando suprir uma falta. Ambas as interações, e respectivas ambiências, serão observadas a partir da literatura disponível nos universos do consumo e do livro e a partir das ilustrações provenientes do campo (discurso midiático e discurso decorativo).

Metodologia

Expostos os principais direcionamentos teóricos e práticos do estudo, faz-se necessário, por fim, indicar, de forma precisa e detalhada, o desenvolvimento da estruturação e metodologia do trabalho. A pesquisa se alimentará, primeiramente, de uma revisão bibliográfica nos campos do consumo, da cultura material e dos universos associados, trazendo, como base do capítulo 2, autores como Mary Douglas (2004), Lévi-Strauss (1970), Colin Campbell (2006), Jean Baudrillard (1973, 1995), Grant McCracken (2003), Arjun Appadurai (2008), Daniel Miller (2007) e Everardo Rocha (2004, 2006) como embasamento teórico para a análise do livro na perspectiva antropológica do consumo ⁸. Em seguida, o capítulo 3 observará a representação deste artefato cultural na mídia, não apenas destacando a diversidade de valores atribuídos ao objeto nos discursos midiáticos, como observando, ainda, algumas das manifestações do livro na construção e sustentação da imagem do indivíduo. Para tanto, foram retomadas as reflexões dos autores do capítulo 2 e acrescentadas a estas tanto as propostas teóricas de Anthony Giddens (2002), - a fim de abarcar a questão da identidade social do sujeito associada ao uso dos bens -, quanto as teorias das *representações sociais*, inclinadas ora aos estudos do sociólogo Émile Durkheim (Moscovici, 2011) e do psicólogo social Serge Moscovici (Moscovici, 2011) - quando as discussões recairão sobre a construção do imaginário do livro pela mídia - ora aos pressupostos defendidos pelo cientista social Erving Goffmann (1989), estes já no quarto capítulo, quando se abordará, a partir da observação de cenários e composições, a participação do objeto na *performance* do sujeito. Encontrar o lugar do livro na decoração – um exemplo prático e contemporâneo do

⁸ Torna-se pertinente reconhecer aqui a influência do antropólogo Marshall Sahlins para o campo, ainda que sua obra não constitua fonte das discussões iniciadas na presente pesquisa. De todo modo, suas observações, sem dúvida, contribuirão para argumentações futuras.

deslocamento social do objeto – constituirá, portanto, a motivação base do capítulo 4, enriquecido pelo resultado do trabalho de campo, composto por: 06 “entrevistas-referência”, realizadas individualmente com escritores, pesquisadores e professores universitários, quando se revelam as relações “puras” com o livro ⁹ (Giddens, 2002); 03 entrevistas com arquitetos renomados, descortinando a atuação do objeto no campo oficial da decoração; acessos diversos a sites, blogs e livros, selecionados em virtude da presença ou menção ao objeto no conteúdo publicado; visitas às edições de 2011 e 2012 do que é considerado hoje o maior evento de arquitetura e decoração das Américas ¹⁰ - a *Casa Cor*; e pelo resultado bastante parcial da aplicação de um questionário, a 164 pessoas, entre jovens e adultos de diferentes classes sociais, buscando amadurecer as curiosidades reveladas neste estudo, ainda que, por limite de espaço, os dados não apareçam devidamente detalhados nas linhas deste trabalho. Ainda neste mesmo capítulo, Pierre Bourdieu (2011) contribui com noções relevantes para a análise do objeto enquanto capital cultural e capital simbólico. Por fim, a conclusão retomará os pontos centrais da observação do livro, recorrendo aos pressupostos da arte neoconcreta como contraponto das discussões.

Outras fontes e recortes, por certo, ainda contribuirão para o contínuo desenvolvimento desta pesquisa - absolutamente receptiva a novas reflexões e análises -, à medida que sejam introduzidos novos olhares por parceiros e colaboradores que venham a se interessar por este estudo. Boa leitura.

⁹ Todas as entrevistas foram realizadas, individualmente, nas residências dos entrevistados, e os respectivos espaços foram devidamente registrados, em fotografias, de modo a produzir análises cruzadas com os ambientes de “não leitores”.

¹⁰ Referência: www.casacor.com.br. Acesso em 30 de outubro de 2011.